



**Conselho Federal de Farmácia**

**PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO**



**Brasília/DF.**

**Dezembro/2024**





## **Conselho Federal de Farmácia**

### **EXPEDIENTE**

Dôglas Sousa de Andrade, Coordenador.

Leila Márcia Fagundes, Auxiliar Administrativo.

Coordenação de Controladoria do Conselho Federal de Farmácia.

### **COLABORAÇÃO**

Elisandra Tramontini Tiggemann

Simone Fátima Lisot

Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional (COFISC).

### **APROVAÇÃO**

Ata 91ª. Reunião de Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, realizada no dia 4 de novembro de 2024.

**Disponível no sítio <https://cff-br.implanta.net.br/portalttransparencia>**

**Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte.**





***Conselho Federal de Farmácia***

**CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA**  
**(DIRETORIA - BIÊNIO 2024/2025)**

**PRESIDENTE**

**Dr. Walter da Silva Jorge João**

**VICE-PRESIDENTE**

**Dra. Lenira da Silva Costa**

**SECRETÁRIO GERAL**

**Dr. Luiz Gustavo de Freitas Pires**

**TESOUREIRO**

**Dr. João Samuel de Moraes Meira**





## ***Conselho Federal de Farmácia***

### **SUMÁRIO**

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| 1- INTRODUÇÃO.....            | 5  |
| 2- OBJETIVOS.....             | 8  |
| 3- JUSTIFICATIVA.....         | 9  |
| 4- CONCESSÃO.....             | 11 |
| 5- DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO..... | 20 |
| 6- PRESTAÇÃO DE CONTAS.....   | 21 |





# **Conselho Federal de Farmácia**

## **I - INTRODUÇÃO**

Os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, criados através da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, tiveram sua atividade precípua descrita no art. 1º da citada Lei:

*“Ficam criados os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.”.*

Em seu art. 6º, trata a Lei, das atribuições direcionadas ao Conselho Federal de Farmácia, sendo as mais importantes e voltadas para suas funções precípua, as contidas nas letras “g”, “j”, “m” e “p”:

*“g) expedir as resoluções que se tornarem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente lei;*  
*j) deliberar sobre questões oriundas do exercício de atividades afins às do farmacêutico;*  
*m) expedir resoluções, definindo ou modificando atribuições ou competência dos profissionais de farmácia, conforme as necessidades futuras;*  
*p) zelar pela saúde pública, promovendo a assistência farmacêutica;”.*

Os conselhos são reconhecidos como autarquias corporativas, criadas com atribuições de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, detendo, para tanto, poder de





## **Conselho Federal de Farmácia**

polícia, consistente na faculdade de aplicar multas pecuniárias e sanções disciplinares aos seus membros, suspender o exercício profissional ou até cancelar o registro dos profissionais vinculados.

São entidades prestadoras de serviços públicos, com poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão, em defesa da sociedade, exercendo atividade típica de Estado a eles delegados por Lei Federal. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional e expedição de carteiras de identidade profissional aos inscritos em seus quadros; registrar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades de profissionais e empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais, aplicar e cobrar multas; executar débitos; zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem as atividades profissionais no País por meio do código de ética profissional; punir disciplinarmente por meio de advertência, multa, suspensão ou eliminação de seus quadros o profissional faltoso. Suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome, aplicar, cobrar multas e executar débitos.

No exercício das suas atribuições legais, os conselhos de fiscalização profissional devem zelar pela integridade e pela ordem da profissão, disciplinando e fiscalizando, não só sob o aspecto normativo, mas também punitivo, zelando pela ética no exercício profissional.

O pleno exercício da função de fiscalização faz valer de outros atributos inerentes a essas instituições, como o da discricionariedade (observância da conveniência e da oportunidade de suas ações), o da auto executoriedade (uma vez que seus atos





## **Conselho Federal de Farmácia**

independem de autorização do poder judiciário) e o da coercibilidade (uma vez que pode implicar restrições de direitos individuais em favor do interesse da coletividade, nos termos da lei).

Os conselhos regionais, com jurisdição sobre as respectivas unidades federativas estão subordinados aos conselhos federais, no que concerne à aprovação de seus regimentos internos, verificação de seu regular funcionamento, expedição de instruções necessárias ao bom funcionamento dos conselhos regionais, inclusive normatização da concessão de diárias, jetons e auxílio de representação, fixando o valor máximo para todos os conselhos regionais, esclarecimento de dúvidas suscitadas pelos conselhos regionais. Os conselhos federais funcionam, ainda, como instância recursal das deliberações dos conselhos regionais, relativamente à imposição de penalidades, como disposto na letra “e”, do art. 6º de sua Lei de criação:

*“e) julgar em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais;”.*

Neste sentido é possível afirmar que o Sistema Conselho Federal e Regionais de Farmácia pode, ou ainda, deve ser enxergado como um único Órgão, responsável pelo cumprimento das atribuições enunciadas em sua Lei de criação, e é nesta direção que o presente Programa deve ser encaminhado, como ferramenta de participação ativa do Conselho Federal de Farmácia no processo de execução do Plano de Fiscalização Anual, oferecendo suporte financeiro e tendo como contrapartida o aprimoramento do Processo de Fiscalização desenvolvido pelos Conselhos Regionais de Farmácia, buscando não só atributos quantitativos, mas também qualitativos nesta fiscalização.

Este movimento, gerado por iniciativa da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, busca alinhamento com os termos do Acórdão nº 1.925/2019 – TCU/Plenário, que dispõe sobre o Relatório de Fiscalização Orientativa Centralizada – FOC, no que se refere ao Item nº 9.4.3 do referido Acórdão:





## **Conselho Federal de Farmácia**

*“9.4.3. estabeleçam, em coordenação com os respectivos conselhos regionais, procedimentos para a elaboração do planejamento anual das atividades de fiscalização do exercício profissional;”.*

Ainda que possamos considerar os termos do Despacho subscrito pelo Ministro – TCU, Dr. Vital do Rêgo, em 10 de dezembro de 2019, que suspende os efeitos de parte das recomendações contidas no Acórdão nº 1.925/2019 – TCU/Plenário, no que se refere ao tema em comento, esta Diretoria decidiu por observar a orientação acima destacada, buscando de forma conjunta – CFF e CRF’s, maior efetividade e abrangência do processo de fiscalização da atividade farmacêutica no País. Neste sentido, é necessário observar as orientações encaminhadas aos CRF’s pelo CFF, por meio do Ofício Circular nº. 21.906/2023, que trata das ações necessárias para cumprimento das recomendações contidas no Acórdão nº. 453/2023-TCu/Plenário, que versa sobre a execução, controle e divulgação de ações relativas ao Plano de Fiscalização Anual.

### **II - OBJETIVO**

O Conselho Federal de Farmácia promoverá destaque Orçamentário dos valores a serem repassados aos Conselhos Regionais de Farmácia, mensurados através de parâmetros que serão delineados a frente, visando incrementar o Processo de aplicação do Plano de Fiscalização Anual, objeto da Resolução nº 700, de 29 de janeiro de 2021, ou outra que venha a substituí-la. Os recursos recebidos pelos Conselhos Regionais de Farmácia serão destinados, exclusivamente, para aplicação na execução do Plano de Fiscalização Anual.





## **Conselho Federal de Farmácia**

### **III - JUSTIFICATIVA**

Vale destacar aqui as funções típicas de Estado, que por conseguinte devem constituir também as funções dos Conselhos de Fiscalização ante a delegação de competência concedida pela União, sendo elas:

- a) **Função Registro** - A função de registro dos conselhos de fiscalização profissional decorre diretamente da restrição instituída ao final da redação do inciso XIII, art. 5º, da CF/1988, que prevê a possibilidade de que certas atividades profissionais são restritas àqueles que atenderem a determinadas qualificações, definidas por lei. Estas são as chamadas ‘profissões regulamentadas’. O registro profissional perante os conselhos de fiscalização é obrigatório, devendo estes, portanto, ‘organizar e manter’ o registro profissional, além de serem responsáveis pela emissão da carteira profissional. Assim, a função de registro dos conselhos possui caráter essencial, uma vez que se trata de certa garantia que pode ser oferecida à sociedade de que os profissionais registrados estão de fato capacitados, uma vez que no ato da inscrição do conselho é aferida a documentação probatória de conclusão do(s) curso(s) exigido(s), nos termos da lei e da regulamentação pertinente;
- b) **Função Normatização** - A função de normatização de um conselho de fiscalização profissional compreende o estudo, elaboração, aprovação e divulgação das diversas normas que regulam a atividade profissional nos seus aspectos técnicos e éticos, de forma a buscar garantir o adequado exercício profissional, em defesa da sociedade. Sobre o ponto de vista técnico, cabe à entidade decidir sobre eventuais conflitos de abrangência de atribuições, estabelecendo limites de atuação, nos termos da lei. Além disso, pode estabelecer normas, diretrizes e padrões exigíveis dos profissionais ou da profissão em si, de maneira a buscar garantir o adequado exercício da profissão. Atua, portanto, na própria regulação do mercado, uma vez que define limites e critérios de atuação do profissional farmacêutico. Sobre o ponto de vista ético, é responsável por





## **Conselho Federal de Farmácia**

elaborar, aprovar e divulgar o código de ética profissional ou instrumento semelhante, o qual servirá de parâmetro para punir disciplinarmente condutas profissionais indevidas;

- c) **Função Fiscalização** - A função de fiscalização é, em essência, a principal função dessas entidades. Trata-se do dever legal – competência delegada pelo Estado – de buscar garantir à sociedade, nos termos da lei, o adequado exercício da profissão regulamentada, especialmente em relação aos aspectos de habilitação e ao respeito aos padrões técnicos e éticos profissionais. A fiscalização pode ser dividida em ativa e reativa. A primeira diz respeito às ações realizadas por iniciativa própria, baseadas nas diretrizes de seu próprio planejamento. Já a segunda decorre de iniciativa externa (de sociedade, de outros órgãos ou instituições públicas ou, até mesmo, dos próprios profissionais), como no caso de denúncias e representações. Para a consecução dessa atividade, o conselho faz uso do seu poder de polícia, que é o atributo que essas entidades possuem de fiscalizar os profissionais inscritos e o exercício da atividade profissional. Esse poder é manifestado mediante a verificação do exercício da atividade, nos termos da regulamentação vigente e em prol do interesse público. Essa ‘polícia das profissões’ deve buscar garantir à sociedade confiança e tranquilidade na sua relação com os profissionais, o que só é alcançado mediante o controle ético e técnico-profissional, desempenhado pelos conselhos, contra as faltas éticas e contra o exercício da profissão por parte de pessoas não habilitadas;
- d) **Função Julgamento** - A função de julgamento – com poder sancionador – é decorrência natural da função de fiscalização, uma vez que não haveria sentido a imposição de normas e padrões técnicos e éticos a serem seguidos, por parte dos profissionais, caso não houvesse punição para eventuais descumprimentos. Assim, no curso dos processos de fiscalização (seja ativa ou reativa), sendo constatadas qualquer infringência ética ou técnica (de acordo com as normas definidas no âmbito da sua função de normatização) ou, ainda, o exercício da profissão por pessoa não inscrita (de acordo com a função de registro), o conselho detém competência para avaliar tais





## **Conselho Federal de Farmácia**

desvios – conferindo à parte o contraditório e a ampla defesa – e aplicar, se for o caso, as sanções que entender cabíveis, utilizando-se do poder sancionador que a lei lhe confere; e

- e) **Função Orientação** - Entende-se reunidas nessa função diversas competências de caráter pedagógico ou preventivo, direcionadas aos profissionais, à sociedade e até mesmo a outros órgãos e instituições públicas. A orientação aos profissionais diz respeito ao adequado exercício da profissão, as formas e limites de atuação, buscando prevenir conflitos éticos.

Diante das funções inerentes aos Conselhos de Fiscalização acima elencadas e buscando maior proximidade e envolvimento deste Conselho Federal, junto aos Conselhos Regionais de Farmácia, no desenvolvimento da atividade finalística, ou ainda, atividade precípua, foi a motivação para propor o destaque orçamentário que será delineado mais a frente, na busca do incremento e excelência do Processo de Fiscalização, no que se refere ao cumprimento dos dispositivos contidos na Resolução CFF nº 700/2021, responsável pela formalização do regulamento e procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia.

### **IV - CONCESSÃO**

O recurso recebido pelo Conselho Regional de Farmácia terá como amparo normativo o disposto no Inciso II, art. 52 da Resolução nº 531/2010, qual seja:

*“Art. 53 – O Conselho Federal de Farmácia concederá empréstimos em pecúnia e subvenções*





## **Conselho Federal de Farmácia**

*aos Conselhos Regionais de Farmácia nas seguintes condições:*

*I- ...*

*II – aprimoramento no sistema de fiscalização do Conselho Regional de Farmácia;”  
(nosso destaque).*

Em razão da peculiaridade objetiva e de sua aplicação, os recursos mencionados neste Projeto serão classificados na modalidade subvenção, no entanto caberá ao caso, por similaridade, aplicação concomitante dos termos do Inciso IX, art. 2º da Resolução nº 655, de 23 de fevereiro de 2018:

*“IX - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; “.*

Por conseguinte, aplicar-se-á a esta modalidade de transferência de recursos a obrigatória apresentação do processo de prestação de contas, nos termos do art. 46 da Resolução nº 655/2018:

*“Art. 46 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos desta resolução, além dos seguintes relatórios:*





## **Conselho Federal de Farmácia**

*I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;*

*II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição e comprovação das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.”.*

A peculiaridade estabelecida na junção destas duas Resoluções (531/2010 e 655/2018), que tratam da transferência de numerário a terceiros na busca de interesses recíprocos, naquilo que se refere à necessária Prestação de Contas, encontra amparo legal no dispositivo contido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal:

*“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União*





## **Conselho Federal de Farmácia**

responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.” (nosso destaque).

O Programa de Aprimoramento da Fiscalização será destinado aos Conselhos Regionais de Farmácia que a ele solicitarem adesão, estando seus participantes sujeitos às seguintes instruções:

- a) **Programa anteriores** – aqueles Conselhos Regionais que aderiram ao Programa disponibilizado no exercício de 2023, deverão possuir situação de regularidade diante das Prestações de Contas apresentadas, ou seja, estarão aptos para adesão ao Programa a ser disponibilizado para o exercício de 2024 aqueles Conselhos Regionais que tiveram suas prestações de contas “REGULARES” e aqueles que tiveram suas prestações de contas “REGULARES COM RESSALVAS”, onde estas foram integralmente atendidas. Na ocorrência desta última situação, constitui fato impeditivo para recebimento de novo recurso, ausência de cumprimento/observação das ressalvas homologadas pelo Plenário do Conselho Federal. Havendo situação de apresentação de contas, julgadas “IRREGULARES”, o respectivo Conselho Regional ficará impedido de participar do Programa por 1 (um) anos, consecutivos, imediatamente após ao ano a que correspondem as contas reprovadas, devendo promover a devolução integral dos recursos recebidos (art. 35 da Resolução nº 655/2018). Caberá à Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional – COFISC avaliação do Relatório de Fiscalização Anual – RFA, visando confirmação da realização efetiva do Plano de Fiscalização Anual, em conformidade com a Resolução CFF nº 700/2021, aplicando-se ao caso, as mesmas variáveis suscetíveis à Prestação de Contas – Regulares, Regulares com Ressalvas e Irregulares. A situação de regularidade financeira será obtida a partir da avaliação da Coordenação de Controladoria, no que se refere a correta utilização dos recursos recebidos e sua prestação de contas, e da Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional, naquilo que couber, dentro dos termos estabelecidos pela Resolução CFF nº 700/2021. Com a implantação deste Programa





## **Conselho Federal de Farmácia**

no exercício de 2024, almeja-se a obtenção da regularidade na utilização dos recursos financeiros repassados e o incremento do Plano de Fiscalização Anual.

Os critérios objetivos a serem avaliados pela COFISC para emissão de parecer, serão:

- 1) o recebimento mensal e regular do Relatório de Atividade Fiscal – RAF do respectivo exercício, no sistema informatizado do CFF, conforme estabelecido no art. 7º, art. 22 e ANEXO V da Resolução CFF nº 700/2021;
- 2) o recebimento do Relatório de Fiscalização Anual do ano anterior, conforme determina o art. 24 e ANEXO IV da Resolução CFF nº 700/2021;
- 3) o recebimento do Plano de Fiscalização Anual, prestando as informações descritas em seu modelo, conforme ANEXO IV e determinado no art. 23 da Resolução CFF nº 700/2021;
- 4) cumprimento do IDF mínimo estabelecido, conforme inciso I do art. 44 da Resolução CFF nº 700/2021;
- 5) o alcance das metas estabelecidas no Plano de Fiscalização Anual, desde que não haja redução sem justificativa plausível;
- 6) a manutenção ou aumento do número de farmacêuticos fiscais em atividade externa.
- 7) evolução nos indicadores das atividades de fiscalização em comparação ao exercício anterior.
- 8) análise da página do CRF para verificar o cumprimento das orientações encaminhadas aos CRF's pelo CFF, por meio do Ofício Circular nº. 21906/2023, que





## **Conselho Federal de Farmácia**

trata das ações necessárias para cumprimento das recomendações contidas no Acórdão nº. 453/2023-TCU/Plenário, que versa sobre a execução, controle e divulgação de ações relativas ao Plano de Fiscalização Anual.

Na emissão do Parecer serão observados os seguintes critérios:

- 1) Será emitido parecer **REGULAR** aos Regionais que apresentarem os documentos e informações acima, em conformidade com a Resolução CFF nº 700/2021;
  - 2) Será emitido parecer **REGULAR COM RESSALVA** aos Regionais que apresentarem os documentos e informações acima descritos, porém com atendimento parcial dos itens 1, 4, 5, 6, 7 e 8 desde que devidamente justificados; e
  - 3) Será emitido parecer **IRREGULAR** aos Conselhos Regionais que não apresentarem os documentos 1, 2 e 3, em conformidade com a Resolução CFF nº 700/2021, bem como não, informarem os itens 4, 5 e 6. O Relatório de Auditoria de Diagnóstico no Departamento de Fiscalização do Regional poderá ser observado para emissão do parecer da COFISC. Casos omissos neste documento serão definidos pela COFISC.
- b) **Adesão ao programa** - os Conselhos Regionais que optarem pela adesão ao Programa de Aprimoramento da Fiscalização deverão remeter correspondência por meio do **Sistema Eletrônico de Informações – SEI/CFF**, com especificação técnica do texto no formato “PDF editável” (OCR) até o dia 30 (trinta) de dezembro de 2024 solicitando adesão, juntamente com o Termo de Adesão preenchido e assinado pelos membros integrantes da Diretoria, ressaltando que a solicitação de adesão ao Programa não gera obrigação do Conselho Federal de conceder o benefício, que será disponibilizado somente após satisfeitos os termos da Letra “a”.





## **Conselho Federal de Farmácia**

- c) **Previsão orçamentária** – deverá ser, obrigatoriamente, destacada conta orçamentária específica para recepção e movimentação do crédito. Caso haja intenção de aquisição de bens sujeitos ao controle patrimonial, deverá haver previsão nas Despesas de Capital. O crédito orçamentário terá validade adstrita ao orçamento em execução (exercício financeiro).
- d) **Transferência Financeira** – a transferência do recurso financeiro será realizada de uma única vez, na conta bancária informada pelo Conselho Regional, logo após a verificação da regularidade na participação no Programa de Aprimoramento da Fiscalização do exercício de 2024 e recepção da solicitação de adesão ao Programa, acompanhado do Termo de Compromisso.
- e) **Movimentação Financeira** – deverá ser aberta conta bancária específica para recepção e movimentação financeira do valor recebido. Junto a esta conta bancária, deverá ser implantada aplicação financeira automática, sendo que ao final do exercício deverá ser demonstrado por meio dos extratos bancários, o valor auferido a título de "aplicação financeira" deverá ser revertido para o total a ser utilizado no Programa, ou, caso não ocorra tal situação, o saldo da aplicação financeira deverá incorporar o saldo remanescente do Programa. Esta exigência cabe à necessidade de maior controle sobre a movimentação dos recursos recebidos, objetivando gerar também as formalidades necessárias para prestação de contas. A disponibilidade financeira poderá ser utilizada dentro dos limites do exercício financeiro a que corresponde, sendo que, na existência de saldo credor em 31 de dezembro, o numerário remanescente deverá ser, obrigatoriamente, restituído aos cofres do Conselho Federal (art. 35 da Resolução nº 655/2018), até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício subsequente, impreterivelmente.
- f) **Realização das despesas** – os recursos provenientes deste Programa estarão disponíveis, única e exclusivamente, para aplicação na execução do Plano de Fiscalização Anual realizado pelos Conselhos Regionais de Farmácia. Vale destacar





## **Conselho Federal de Farmácia**

que a estrutura mínima de pessoal, recursos financeiros e logísticos é de responsabilidade do Conselho Regional, visando atender ao disposto no art. 1º da Lei nº 3.820/1960 e aos comandos contidos na Resolução nº 700/2021. Abaixo, seguem elencadas as despesas possíveis de efetivação com a utilização de recursos financeiros provenientes deste Programa:

- Concessão de diárias, **exclusivamente**, aos Fiscais quando da efetivação do processo de fiscalização, participação em encontros regionais ou nacionais de fiscalização promovidos por este Conselho Federal ou em cursos de capacitação cuja temática seja afeta ao processo de execução do Plano de Fiscalização Anual;
- Aquisição de combustível do(s) veículo(s) utilizado(s) no processo de fiscalização;
- Conservação e/ou manutenção do(s) veículo(s) utilizado(s) no processo de fiscalização;
- Suprimento de Fundos direcionado às despesas acessórias à realização do processo de fiscalização, tais como: combustíveis, lubrificantes, lavagens (limpeza/conservação do veículo), pedágio, estacionamento, balsa e pequenos reparos do veículo ocorridos durante e/ou em decorrência do deslocamento;
- Locação de veículos, desde que a despesa esteja suportada pelo necessário Processo Licitatório, observando, se aplicável ao caso, o limite de dispensa de licitação (Lei nº 14.133/2021) ou que haja apresentação de justificativas para sua ocorrência em casos isolados;
- Aquisição de equipamentos de informática necessários à implantação da Fiscalização Eletrônica Móvel (art. 26 da Resolução nº 700/2021), gerando, por conseguinte, necessidade de equivalência tecnológica dos equipamentos de





## **Conselho Federal de Farmácia**

informática utilizados no Setor de Fiscalização, observando, se aplicável ao caso, o limite de dispensa de licitação (Lei nº 14.133/2021);

- Aquisição de veículos destinados exclusivamente a execução do Plano de Fiscalização Anual, destacando a necessária atenção ao disposto no § 1º, art. 8º do Decreto nº 9.287/2018, aplicando-se ao caso, se necessário, a formalização do obrigatório Processo Licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
  - No pagamento do valor líquido da folha de pagamento, exclusivamente, dos Fiscais integrantes do quadro de empregados do Conselho Regional. Na composição da Prestação de Contas deverá ser apresentada memória de cálculo demonstrando os valores a serem inseridos nesta verba, devendo constar também, comprovantes que atestem os valores destacados;
  - No pagamento do Sistema de Controle da Fiscalização, quando contratado com terceiros, devendo restar demonstrada relação comercial formalizada (contrato de prestação de serviços);
  - Nas despesas realizadas com manutenção e conservação dos bens utilizados na execução do Plano de Fiscalização Anual;
  - No pagamento de seguros e licenciamento dos veículos da fiscalização, quando couber; e
  - No pagamento das despesas bancárias incidentes sobre a movimento da conta específica.
- g) **Vedação de despesas** - fica vedada a realização de despesas que não estejam ligadas, direta e exclusivamente, à execução do Plano de Fiscalização Anual, tais como:





## **Conselho Federal de Farmácia**

- Aquisição de mobiliário;
  - Encargos Sociais incidentes sobre a Folha de Pagamento dos Fiscais;
  - Concessão de diárias para Diretores, Conselheiros ou outros que não estejam inseridos diretamente no Processo de Fiscalização; e
  - Reformas e/ou adaptações nas instalações ou estruturas físicas do Setor de Fiscalização.
- h) **Regime de exceção** – Situações fortuitas, de natureza singular onde caibam justificativas formalmente comprovadas, serão previamente direcionadas para avaliação das Instâncias de Controle (Coordenação de Controladoria ou Comissão de Fiscalização), obedecendo a segregação cabível ao tema, sob risco de glosa da despesa e obrigatória devolução do recurso aplicado de forma irregular ou inadequada.

### **V - DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO**

Como medida de padronização das ações promovidas por este Conselho Federal, buscando disponibilizar acesso a todos os Conselhos Regionais, será realizado destaque no Orçamento Programa para o Exercício de 2025, tomando como base a Proposta Orçamentária dos Conselhos Regionais para o exercício de 2024 (dispostos em ordem decrescente), totalizando a importância de R\$ 10.767.900,00 (dez milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos reais), da seguinte forma:

- **Grupo I** – composto pelos Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados de Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná,





## **Conselho Federal de Farmácia**

Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que apresentaram Orçamento Programa maior ou igual a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) – será realizado repasse de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), em parcela única. Total do grupo – R\$ 6.006.000,00 (seis milhões e seis mil reais).

- **Grupo II** – composto pelos Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados do Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia, e Tocantins, que apresentaram Orçamento Programa entre R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) – será realizado repasse de R\$ 386.100,00 (trezentos e oitenta e seis mil e cem reais), em parcela única. Total de Grupo – R\$ 2.702.700,00 (dois milhões, setecentos e dois mil e setecentos reais); e
- **Grupo III** – composto pelos Conselhos Regionais de Farmácia dos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Piauí, Roraima e Sergipe, que apresentaram Orçamento Programa menor ou igual a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) – será realizado repasse de R\$ 343.200,00 (trezentos e quarenta e três mil e duzentos reais), em parcela única. Total do grupo – R\$ 2.029.200,00 (dois milhões, vinte e nove mil e duzentos reais).

### **VI - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Como mencionado anteriormente, aos participantes que solicitaram adesão ao Programa de Aprimoramento da Fiscalização com posterior recebimento dos recursos financeiros, objeto deste Programa, caberá a obrigatória Prestação de Contas que deverá estar composta pelas seguintes peças:





## **Conselho Federal de Farmácia**

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete devidamente preenchido e assinado pelo Contador e Diretoria do Conselho Regional, sendo que as despesas nele representadas, devem ser segregadas e totalizadas nas seguintes modalidades:
  - Concessão de Diárias;
  - Suprimento de Fundos;
  - Aquisição de Combustíveis;
  - Aquisição de Passagens Aéreas;
  - Manutenção de Veículos;
  - Locação de Veículos;
  - Aquisição de Veículos;
  - Aquisição de Outros Bens Permanentes (FEM);
  - Despesas Bancárias;
  - Aplicações Financeiras – Rendimentos;
  - Outras Despesas (Licenciamento/Seguros, Gráfica etc); e
  - Folha de Pagamento.
- Razão da(s) Conta(s) Orçamentária(s) destacada(s) para controle do recurso recebido, ou se for o caso, do Centro de Custo, acompanhado da Relação de Pagamentos efetuados, inclusive Demonstrativo de Restos a Pagar;
- Extratos bancários da conta bancária utilizada e da aplicação financeira, relativos ao período de movimentação do recurso;
- Cópia digitalizada dos processos de despesa mencionados no Balancete, estando compostos pelo fato motivador da despesa, Nota de Empenho, Nota Fiscal ou Fatura e seus comprovantes, Baixa de Pagamento e, quando couber, respectivas guias de





## **Conselho Federal de Farmácia**

tributos/impostos incidentes devidamente pagas. Destaque para composição dos processos de despesas relativas à concessão de diárias e suprimento de fundos, posto que ambos possuem formalidades distintas quando comparados com os demais processos de despesa. Para estas despesas devem ser inseridas à prestação de contas, todas as informações e documentos necessários à comprovação da efetiva realização da despesa, como por exemplo Relatório do Sistema de Controle da Fiscalização que comprove o efetivo serviço desenvolvido, quando da prestação de contas pelo recebimento de diárias.

- Comprovante de devolução do saldo remanescente, caso haja;
- Quadro Resumo dos dados relativos à execução do Plano de Fiscalização Anual, com destaque para as informações dos exercícios de 2020 a 2023 que deverão estar acompanhados dos respectivos Relatórios do Sistema de Controle; e
- Relatório de consolidação dos dados relativos ao Plano de Fiscalização Anual, sua execução e utilização dos recursos, com destaque para cumprimento do objetivo do Plano (seu efetivo cumprimento) e para as metas alcançadas, atendendo aos dispostos contidos na Resolução nº 700/2021. Deverá ser inserido neste Relatório as justificativas necessárias para o não cumprimento das metas, quando for o caso, acompanhado de documentos que comprovem a situação descrita.

Objetivando maior agilidade no processo de análise e validação do Processo Administrativo, fica fixada a data de 31 de março de 2026, como limite tempestivo para recepção da necessária Prestação de Contas, que deverá estar composta pela documentação financeira acima tratada e Relatório Anual de Fiscalização, nos termos da Resolução nº 700/2021, acompanhado do Quadro Resumo dos dados extraídos do Plano de Fiscalização Anual. No que se refere a este último, é oportuno destacar que os Conselhos Regionais que obtiveram aprovação das contas, na modalidade "Regularidade com Ressalvas", deverão se atentar para resolução dos apontamentos





## **Conselho Federal de Farmácia**

destacados pela Controladoria e Comissão de Fiscalização deste Conselho Federal, posto que, automaticamente entrarão em "monitoramento", ou seja, serão observadas na próxima prestação de contas. Ocorrendo a glosa de qualquer valor na análise financeira sem a obrigatória devolução do valor no exercício imediatamente posterior ao do Programa, bem como, a inobservância das ressalvas inseridas no Relatório da Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional por dois exercícios consecutivos sem a devida solução, impossibilitará o Conselho Regional de acesso aos recursos financeiros oriundos deste Programa.

A intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, caracteriza omissão do dever de prestar contas, recaindo sobre o Gestor Responsável a obrigação de demonstrar que os recursos recebidos foram utilizados na finalidade prevista. Ao não cumprir com a obrigação de prestar contas, o gestor afronta o dever constitucional contido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, bem como deixa de comprovar a correta aplicação dos recursos, o que configura a existência de débito e enseja o julgamento pela irregularidade das contas. Nessa hipótese, a configuração da irregularidade fundamenta-se na omissão no dever de prestar contas - art. 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, cabendo imputação de débito a ser apurado no devido processo de Tomada de Contas Especial – art. 8º da Lei nº 8.443/1992.

Destacamos também, que a Prestação de Contas deverá ser remetida no formato digital, com especificação técnica do texto no formato "PDF editável" (OCR), a ser encaminhada para o e-mail **[controladoria@cff.org.br](mailto:controladoria@cff.org.br)**. Tal medida, tem como finalidade a composição do Processo Digital, onde não haverá qualquer tipo de movimentação física de papéis.

A análise dos dados relativos à Prestação de Contas será dividida em duas etapas:





## **Conselho Federal de Farmácia**

- a) Análise Financeira – será realizada pela Coordenação de Controladoria objetivando a confirmação da regularidade na utilização dos recursos recebidos quanto a empregabilidade e composição formal dos processos de despesa; e
- b) Análise Técnica – será realizada pela Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional e terá como balizador os dispositivos contidos na Resolução nº 700/2021, objetivando a conformidade na execução do Plano de Fiscalização Anual.

Resultado da avaliação da Prestação de Contas será a formalização de 2 (dois) pareceres, relativos às duas áreas acima mencionadas, que serão parte integrante do Processo Administrativo a ser encaminhado para conhecimento e análise da Comissão de Tomada de Contas, responsável por seu encaminhamento para homologação do Plenário do Conselho Federal.

O recurso financeiro do Programa de Aprimoramento da Fiscalização será disponibilizado considerando o resultado da análise da CTC – Comissão Tomada de Contas, relativos às duas áreas acima mencionadas, sendo:

- Regulares – Repasse de 100% do recurso financeiro previsto;
- Regulares Com Ressalvas da **COFISC ou Financeira** - Repasse de 85% do recurso financeiro previsto;
- Regulares Com Ressalvas da **COFISC e Financeira** - Repasse de 70% do recurso financeiro previsto; e
- Irregulares – Não será repassado recurso financeiro previsto.

### **VII – PUBLICIDADE – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS**





## **Conselho Federal de Farmácia**

De acordo com os termos dispostos na Lei nº. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, Instrução Normativa/TCU nº 84/2020 e em especial o Acórdão nº. 453/2023, Os Conselhos Regionais de Farmácia devem disponibilizar no Portal da Transparência e Prestação de Contas, na Aba “Fiscalização”, cópia das principais peças que integram o Processo de Prestação de Contas relativo ao Programa de Aprimoramento da Fiscalização, tais como:

- Termo de Adesão e o Programa de Aprimoramento (texto regulatório);
- Razão da Conta Contábil e relação de pagamentos;
- Planilha de Controle;
- Conciliação Bancária (conta movimento e aplicação financeira);
- Comprovante de devolução do saldo remanescente, se houver;
- Relatório de conclusão do Programa, abordando objetivos e metas;
- Pareceres das instâncias de controle do Conselho Federal – Controladoria, Comissão de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas e Homologação de Plenário.